

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 SETEMBRO DE 2008**-----

-----Ao primeiro dia do mês de Setembro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Baptista e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi considerada justificada a falta do Sr. Presidente, que se encontra de férias.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha justificou a sua falta à reunião anterior, também por motivo de férias, que foi aceite.--

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse:-----

-----Que na última sessão pública o Sr. Arq^o Elias levantou o facto do Sr. Presidente da Câmara se ter comprometido em levar adiante as buscas arqueológicas nas Escolas Velhas, antes do início do ano lectivo. Como se vai iniciar o ano lectivo, gostaria de saber se há diligências nesse sentido.-----

Perguntou ainda ao Sr. Vereador José Carlos da Silva, e já várias vezes o fez, o que pretende fazer e quais as intenções do pelouro no sentido de criar melhores condições de venda no Mercado Municipal de Almeirim e de serem cumpridas as exigências da lei, no sentido de serem dadas licenças às pessoas que lá possuem lugares de venda. Foi aqui dito que iam ser tomadas medidas quando aqui levantei o assunto, e nada foi feito para

criar essas condições, no sentido de intervir e manter o Mercado em funcionamento. E disse que quer saber se há algum projecto e quando pensam iniciar as obras.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua intervenção:-----

----" 1)Requerimentos não respondidos-----

-Quero notar que dos oito requerimentos apresentados, no âmbito das minhas competências, em 2008, só obtive uma resposta parcial ao Requerimento número oito de vinte e um de Julho. Não tenho conseguido sequer obter cópia de documentos que não me podem ser negados, nomeadamente:-----

-----Cópia do ofício nº GAP 32/2007 de 26/11/2007, enviado à Polícia Judiciária, apresentando queixa contra mim.-----

-----Cópia do ofício enviado à CCDRLVT no dia vinte de Maio de dois mil e oito que motivou alteração da posição em relação ao pessoal da ALDESC,EM.-----

-----Agradecia que, com urgência, me fossem entregues ou terei que tomar outras medidas.-----

-----2)Concurso para as Refeições Escolares/Refeitório Municipal-----

---Gostaria de saber em que ponto se encontra o Concurso para as Refeições Escolares. Quero notar que não há qualquer justificação para eventual atraso na adjudicação deste serviço e gostaria de saber qual é a intenção em relação ao Refeitório Municipal e ao pessoal que lá trabalha que, pelos vistos faz parte do referido concurso. Confesso que, provavelmente, não terei lido com cuidado o caderno de encargos, se é que nos foi proposto. Gostaria de ser devidamente informado.-----

-----3)Publicitação dos ajustes directos-----

-----Entrou em vigor a Portaria n.º 701-E/2008, de 29de Julho---

-----Relatório de formação do contrato / Relatório de contratação-----

-----A portaria n.º 701-E/2008, relativa aos blocos de dados que alimentam as bases de dados associadas ao portal da Internet www.base.gov.pt, dedicado aos contratos públicos, prevê um

período de transição até ao dia 31 de Outubro, durante o qual o Relatório de formação do contrato / Relatório de contratação coincide com o anexo III do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos Publicitação e eficácia do contrato.-----

-----1) A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste directo deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha conforme modelo constante do anexo III do presente Código e do qual faz parte integrante.-----

-----2) A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respectivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.-----

-----Recordo que este procedimento é obrigatório e recomendo que em relação à aquisição das bicicletas seja feito de imediato e que os contratos com os artistas do Pão Vinho & Cª seja lançado, sob pena de não poder ser reconhecido o pagamento.-----

-----Já agora quero congratular-me com esta medida governamental e prometo ser um consultor assíduo do site.-----

-----4- A Prisão do Presidente-----

-----A propósito de notícia publicada no 'O Mirante' de vinte e oito de Agosto, dando conta que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria levantou um processo de investigação contra os crimes ambientais associados à eventual construção de uma prisão no nosso Concelho, quero:-----

-----a) Lamentar, mais uma vez, que até hoje não tivesse havido qualquer informação a este executivo, nem tivesse existido qualquer agendamento para discutir essa peregrina ideia do Sr. Presidente.-----

-----b) Aguardar, com serenidade, o desenrolar das iniciativas legais, pese embora o facto do TAFL não merecer, da minha parte, grande confiança, a atentar nas mais diversas exposições que tenho apresentado e nos absurdos despachos emitidos.-----

-----c) Lamentar as promessas demagógicas que publicitaram as

"grandes vantagens" de uma cadeia para este Concelho.-----
-----d) Lamentar profundamente que não tenha salvaguardado os interesses do Concelho nessa negociata que pretende levar a cabo. Na minha opinião é fortemente lesivo para Almeirim o conjunto de obrigações a que, ilegalmente, se comprometeu. Cabe na cabeça de alguém, com algum juízo, aceitar uma prisão no seu Concelho e ter que pagar por isso? Sinceramente! É um disparate completo e não sugere coisa boa.---
-----Esta questão não tem só a ver com as populações de Paço dos Negros e Marianos, tem a ver com todos os Almeirinsenses, somos todos que vamos pagar esta cretinice, não só com as implicações sobre o bom-nome do nosso Concelho, as sociais, mas também financeiras.-----
-----Posso lá admitir que se gaste, nem que seja um cêntimo, para trazer uma cadeia para a nossa terra.-----
-----Recordo a V^a Ex^a que sou literalmente contra a instalação de qualquer cadeia em qualquer lugar do Concelho. Almeirim não necessita de uma cadeia, Almeirim carece de investimentos de qualidade e de um Presidente de Câmara mais esclarecido.-----
-----Para ilustrar toda a demagogia associada a esta 'negociata', sem sequer comentar - deixo essa análise ao vosso critério - vou distribuir:-----
-----Protocolo para a Construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, assinado entre o Ministério da Justiça e a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim;-----
-----Contrato Promessa de Constituição de Direito de Superfície, assinado entre o Ministério da Justiça e a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim;-----
-----Comunicado do PS (para quem não sabe é a vontade do Presidente da Câmara);-----
-----Comunicado da Junta de Freguesia das Fazendas de Almeirim (para quem não sabe é a vontade do Presidente da Junta).-----
-----Faço questão que os textos do Protocolo e do Contrato Programa fiquem em acta.-----
-----Os documentos em causa têm os seguintes textos:-----

----- ‘ PROTOCOLO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL
DO VALE DO TEJO-----

Entre:-----

Primeiro Outorgante-----

O Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da
Justiça, I.P., representado pelo Presidente do Conselho
Directivo» Eng.º João Manuel Pisco de Castro;-----

Segundo Outorgante-----

A Freguesia de Fazendas de Almeirim, representada pelo
Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Bastos Martins;-----

O Primeiro e Segundo, conjuntamente designadas como Partes e,
individualmente, como Parte Considerando:-----

1. Que os contactos mantidos entre as Partes, tendo em vista a
construção das novas instalações para o Estabelecimento
Prisional do Vale do Tejo, permitem já concluir que há
condições para a concretização do referido Estabelecimento
Prisional numa área sobre a jurisdição do Município de
Almeirim;-----

2. Que as Partes têm interesse, à luz das suas competências e
atribuições legais, na rápida construção das instalações do
predito Estabelecimento Prisional;-----

3. Que a minuta do Protocolo foi aprovada por deliberação do
Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e de
Infra-Estruturas da Justiça de 19 de Junho de 2008, no uso
das suas competências, e, bem assim, por deliberação da Junta
de Freguesia de Fazendas de Almeirim de 16 de Junho de 2008,
no uso das suas competências.-----

-----É livre, esclarecidamente e de boa-fé, celebrado o presente
Protocolo, de que fazem parte integrante os Considerandos *supra*
e que se rege pelas Cláusulas seguintes:-----

-----Cláusula Primeira-----

- 1 . Pelo presente Protocolo a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim compromete-se a constituir a favor do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, LP. um direito de superfície, pelo período de 50 anos, a título gratuito, sobre uma parcela com a área de 42 hectares, cuja planta figura em anexo» a destacar do prédio rústico designado como Herdade dos Gagos, sito em Fazendas de Almeirim, inscrito na antiga matriz do prédio urbano sob o artigo 80 e do prédio rústico sob o artigo 70 da mesma Freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o nº 9098» a folhas 183 do livro B-23, para que nesse terreno possam ser construídas as novas instalações do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo.-----
2. O aludido direito de superfície renovar-se-á, automaticamente, por idênticos períodos, iguais e sucessivos, salvo se o superficiário expressamente renunciar à prorrogação, com um pré-aviso de 3 anos.-----
3. A constituição do direito de superfície será objecto de escritura pública, cuja marcação ficará a cargo da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, após articulação de data para o efeito com o Primeiro Outorgante.-----
4. Os encargos com emolumentos notariais e registrais a que houver iugar, são suportados pelo Primeiro Outorgante.
5. O terreno acima identificado deverá estar em condições de serem iniciadas as operações de infra-estruturação e construção.-----

Cláusula Segunda-----
Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça providenciará no sentido da Câmara Municipal de Almeirim poder vir a assumir a realização das infra-estruturas necessárias ao novo edifício no âmbito de Protocolo a assinar, futuramente, entre o Município e o Instituto de Gestão Financeira e de infra-estruturas da Justiça, LP.-----

Cláusula Terceira-----

O Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, LP., compromete-se a lançar o procedimento adjudicatório que vier a ser definido pelo Governo Português para a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito.-----

Cláusula Quarta-----

O Segundo Outorgante declara autorizar o Primeiro Outorgante, desde já, a ter acesso ao imóvel identificado na Cláusula Primeira deste Protocolo, podendo, ainda, por si ou por terceiro, realizar estudos, promover diligências urbanísticas e praticar quaisquer outros actos conexos com o fim do presente Protocolo.-----

Cláusula Quinta-----1.

Em complemento ao presente Protocolo será celebrado um Protocolo entre o Segundo Outorgante e a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais no qual serão regulamentadas as formas de cooperação entre estas duas entidades.-----

2.Nesse Protocolo será abordada, nomeadamente, a disponibilização de mão-de-obra, instalações, serviços, equipamentos e outras valências.-----

Cláusula Sexta-----

O presente Protocolo pode ser revogado, em qualquer momento, por acordo escrito celebrado entre as Partes, o qual deverá regular todas as questões relacionadas com este Protocolo e que porventura se encontrem pendentes.-----

Cláusula Sétima-----

Sem prejuízo das regras gerais de interpretação dos contratos, o presente Protocolo representa a integralidade do acordado entre as Partes.-----

Cláusula Oitava-----

1. No caso de alguma ou algumas das cláusulas deste Protocolo vierem a ser consideradas inválidas ou ineficazes face à lei

aplicável, essa invalidade ou ineficácia só abrangerá essa ou essas cláusulas e não afectará as restantes disposições do Protocolo.-----

2. Em qualquer caso, as Partes comprometem-se, na medida do possível, a envidar os seus melhores esforços com vista a acordar e implementar uma solução para remediar ou mitigar os efeitos da eventual ilegalidade ou inaplicabilidade.-----

Cláusula Nona-----

A Junta de Freguesia com promete-se a plantar na Herdade dos Gagos o triplo das unidades de sobreiros que venham a ser retiradas da parcela de 42 hectares citada no número 1 da Cláusula Primeira do presente Protocolo.-----

Cláusula Décima-----

Salvo estipulação expressa em contrário, e sem prejuízo da utilização de correio electrónico para as comunicações correntes, as notificações efectuadas nos termos do presente Protocolo considerar-se-ão validamente efectuadas com recurso a correio registado, para os seguintes endereços, ou para qualquer outro endereço entretanto comunicado por escrito por qualquer uma das Partes à outra para o efeito.-----

-----Para o Primeiro Outorgante: Avenida 5 de Outubro, 124,1050-061 Lisboa.-----

-----Para o Segundo Outorgante: Rua Diamantino Máximo Monsanto, 11-13. 2050-551 Fazendas de Almeirim.-----

-----O presente Protocolo é celebrado em duas vias, todas devidamente assinadas e com igual valor, ficando cada uma delas com cada uma das partes.-----

-----Lisboa, 25 de Junho de 2008-----

-----O Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça.-----

-----a) assinatura.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim,-----

-----a) assinatura.'-----

-----‘CONTRATO - PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE
SUPERFÍCIE-----

Entre:-----

Primeiro Outorgante-----

A Freguesia de Fazendas de Almeirim, com sede na Rua Diamantino Máximo Monsanto, nº 11-13, 2080-551, Fazendas de Almeirim, aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Bastos Martins, portador do Bilhete de Identidade numero 24179, emitido pela Direcção Geral dos Registos e do Notariado, Serviços de Identificação Civil de Santarém em 10710/2001, com o número de contribuinte fiscal 114199337, de ora em diate também designado por Promitente-Constituente de Direito de Superfície.-

E-----

Segundo Outorgante-----

Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P. com sede na Av. 5 de Outubro n.º 124, em Lisboa, representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Eng.º João Manuel Pisco de Castro, portador do Bilhete de Identidade número 2320999, emitido pela Direcção Geral dos Registos e do Notariado, Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 29/12/2005, com o número de contribuinte fiscal 154919233, de ora em diante lambem designado por Promitente-Superficiário.----

Considerando que:-----

1. Foi celebrado um Protocolo para a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, em 25 de Junho de 2008, entre os aqui Outorgantes, que se junta como Anexo I, fazendo parte integrante do presente contrato;-----
2. O objecto daquele Protocolo constitui a aqui Primeira Outorgante nos compromissos de promoção do procedimento de destaque de uma parcela de terreno de 42 hectares do prédio rústico designado como Herdade dos Gagos, sito em Fazendas de Almeirim inscrito na antiga matriz do prédio urbano sob o artigo 80 e do prédio rústico sob o artigo 70, da mesma freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de

Almeirim, sob o n.º 9098, a fls 183, do livro B-23, e constituição, sobre a mesma, de um direito de superfície, pelo período de 50 anos, a título gratuito, a favor do aqui Segundo Outorgante, para a construção das novas instalações do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo.

É livre, esclarecidamente e de boa-fé, celebrado o presente Contrato-Promessa de Constituição de Direito de Superfície, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

-----Cláusula Primeira-----

A Primeira Outorgante é proprietária do terreno melhor identificado no considerando 2, cuja plantas e a descrição predial são juntas, como Anexo II, ao presente contrato, do mesmo fazendo parte integrante.-----

-----Cláusula Segunda-----

1. A Primeira Outorgante promete promover, junto dos serviços competentes do município de Almeirim, o procedimento administrativo tendente ao destaque de uma parcela de terreno de 42 hectares do prédio rústico designado como Herdade dos Gagos, sito em Fazendas de Almeirim, inscrito na antiga matriz do prédio urbano sob o artigo 80 é do prédio rústico sob o artigo 70, da mesma freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o n.º 9098, a fls. 183, do Livro B-23.-----
2. Na sequência do cumprimento da promessa descrita no número anterior, a Primeira Outorgante promete constituir, a favor da Segunda Outorgante, e esta promete aceitar, um direito de superfície sobre aquela parcela de terreno de 42 hectares, pelo período de 50 anos, a título gratuito, para a construção das instalações do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo.-----
3. A parcela de terreno, objecto do direito de superfície prometido constituir, deverá estar em condições de serem iniciadas as operações de infra-estruturação e construção.---

4. É da responsabilidade da Primeira Outorgante o pagamento de todas as despesas as decorrentes do cumprimento da obrigação referida no número 1.-----

-----Cláusula Terceira-----

1. As promessas de promoção do procedimento de destaque da parcela de terreno de 42 hectares e de constituição do direito de superfície, a que se vincula, pelo presente contrato, a Primeira Outorgante, deverão ser cumpridas nos seguintes prazos:

a) Destaque da parcela até ao dia 25 de Agosto de 2008.-----

b) Constituição do Direito de Superfície até dia 25 de Setembro de 2008.-----

2. Os prazos referidos no número anterior, são susceptíveis de serem prorrogados, por acordo das partes, nos termos em que vierem a ser estabelecidos.-----

3. A constituição do direito de superfície, será objecto de escritura pública, cuja marcação da data e local da sua outorga, competirá à Primeira Outorgante, após obtenção do acordo da Segunda Outorgante.-----

4. Os encargos com emolumentos notariais e registrais a que houver lugar, são suportados integralmente pelo Segundo Outorgante.-----

-----Cláusula Quarta-----

1. Caso a Primeira Outorgante, por razão que lhe seja imputável, não cumprir os prazos referidos no número 1, da clausula anterior ou não obtiver a anuência do Segundo Outorgante para a sua prorrogação, incorre em incumprimento definitivo, constituindo-se o Promitente-Superficiário no direito de ser ressarcido das despesas comprovadamente realizadas, com vista à construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo.---

2. Para efeitos do disposto na cláusula anterior, o Segundo Outorgante deve interpelar, por escrito, e com comprovativo da respectiva recepção, a Primeira Outorgante, fixando-lhe prazo para o cumprimento das obrigações ainda possíveis, sob pena de resolução do contrato.-----

3. Sem prejuízo do disposto no número 1, o Segundo Outorgante, pode, em alternativa e caso a prestação ainda seja possível, recorrer ao mecanismo da execução específica, previsto no artigo 830.º do Código Civil.-----

-----Cláusula Quinta-----

1. O direito de superfície que a Primeira. Outorgante promete constituir a favor do Segundo Outorgante, terá a duração de 50 anos, automaticamente renovável, por períodos iguais e sucessivos, salvo se o superficiário o denunciar, por escrito, com a antecedência mínima de 3 (três) anos.-----

2. A Primeira Outorgante promete autorizar o Segundo Outorgante a constituir ónus ou encargos sobre o direito de superfície, desde que por um prazo inferior ao estabelecido no numero anterior, devendo fazer consignar nos respectivos actos constitutivos, a sua caducidade em caso de extinção antecipada daquele direito.-----

3. É de caducidade o prazo referido no número um, sendo que a sua violação inviabiliza o exercício do direito de denúncia.-

-----Cláusula Sexta-----

Sem prejuízo das regras gerais de interpretação dos contratos, este contrato-promessa representa a real e integral vontade dos Outorgantes.-----

-----Cláusula Sétima-----

1. No caso de alguma ou algumas das cláusulas deste contrato-promessa vierem a ser consideradas inválidas ou ineficazes, face à lei aplicável, essa invalidade ou ineficácia só abrangerá aquela ou aquelas cláusulas directamente afectadas, não prejudicando as restantes estipulações contratuais.-----

2. Em qualquer caso, os Outorgantes comprometem-se, na medida do possível, a envidar os seus esforços com vista à obtenção e implementação de solução capaz de remediar, ou pelo menos atenuar, os efeitos da eventual ilegalidade ou inaplicabilidade.-----

-----Cláusula Oitava-----

Salvo estipulação expressa em contrário, e sem embargo da utilização de correio electrónico para as comunicações correntes, as notificações efectuadas nos termos do presente contrato, considerar-se-ão validamente realizadas com recurso a correio registado com aviso recepção, para os endereços indicados por ocasião da identificação dos Outorgantes, ou qualquer outro endereço entretanto comunicado, por escrito, por qualquer uma das Partes à outra para o efeito.-----

-----O presente Contrato-Promessa é celebrado em duas vias, todas devidamente assinadas e com igual valor, ficando cada uma delas com cada uma das partes.-----

Lisboa. 25 de Julho de 2008.-----

Primeiro Outorgante,-----

Segundo Outorgante,-----

seguem as assinaturas.'-----

-----5 - ALDESC, EM.-----

-----Quais são, afinal, as intenções da Câmara para com os trabalhadores da ALDESC, EM?-----

-----Após a caprichosa e desnecessária extinção da empresa municipal, continua com contornos muito obscuros o destino a dar a todos os que prestavam e continuam a prestar os serviços inerentes às suas funções.-----

-----Sempre achei que os objectivos da extinção da empresa se prendiam com um saneamento de trabalhadores. Com a deliberação da Assembleia Municipal de dezasseis de Novembro de dois mil e sete fiquei mais tranquilo quanto ao destino dos trabalhadores. Enganei-me, o Presidente da Câmara recusou-se a cumprir a deliberação da Assembleia Municipal realizada em dezasseis de Novembro de dois mil e sete, conforme a respectiva Acta número dezoito a pág. 50, 51 e 52, sobre a fixação das condições da extinção da empresa ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos, deliberação que foi sustentada pelas razões de facto e de direito, como dever legal de fundamentação, exigido pelo parecer elaborado e subscrito pelo presidente da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DSAJAL/DAJ-002142-2007) a pedido da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) (ofº 5465/DGAL de 30.10.2007), o que viola o estipulado na alínea c) do nº 1 do artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, 'competee ao presidente da câmara municipal assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal e dar cumprimento às decisões dos seus órgãos'.-----

-----A fim de pretender dar cobertura a esse acto, através do ofício enviado à CCDRLVT no dia 20/5/08, onde decerto terão sido dadas informações falsas, a julgar pelo teor da resposta e que teimosamente continua sem me ser facultado, pelo que, para que fique em acta, volto a solicitá-lo, obteve da CCDRLVT uma nova resposta inquinada com o teor da exposição apresentada e que é do nosso desconhecimento acompanhada com a 'informação do Gabinete Jurídico' que conhecemos e discordamos.-----

-----O Sr. Presidente em exercício tem acompanhado todo este processo. Penso até que é o seu mentor, não terá pois qualquer desculpa para não nos informar quais são as suas intenções.-----

-----Quais são, afinal, as intenções da Câmara para com os trabalhadores da ALDESC, EM, sr. Presidente em Exercício?"-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu à Srª Vereadora Manuela Cunha que, em relação ao Mercado Municipal, disse há tempos que, sem projectos megalómanos, podia pôr este mercado a funcionar, não à maneira antiga, mas de forma actualizada. As obras estão pensadas, vão ser discutidas e as licenças não serão conferidas aos vendedores antes das obras, para serem suspensas mais tarde.-----

-----A Srª Vereadora disse concordar que se criem condições para o bom funcionamento do Mercado e condições mais atractivas para clientes e vendedores. As licenças devem ser emitidas, não só aos novos vendedores, mas também aos que já lá estão há muitos anos.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse que decorreu de forma cívica o Pão, Vinho & Companhia e, podem acusá-lo dos

contratos não estarem on-line, como manda a lei, mas estão todos aqui, com valores e preços. As pessoas compareceram, não excederam em número o que foi feito e aproveitou para enaltecer a equipa que trabalhou para dar forma ao evento, funcionários sempre disponíveis, os espectáculos foram variados, o público receptivo, os restaurantes foram ressarcidos do investimento e os stands agradados com as visitas. Este ano a receita do evento reverteu a benefício da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se existe garantia de que a escola do ensino básico de Marianos vai funcionar no ano lectivo que se avizinha.-----

-----Disse o mesmo autarca que a empresa Estradas de Portugal expropriou diversas parcelas de terrenos na área da sede do Concelho para execução da A treze e gostaria de saber se a Câmara Municipal de Almeirim está a cobrar o IMI à empresa Estradas de Portugal pelos terrenos expropriados no Concelho.---

-----Perguntou o Sr. Vereador em que ponto se encontra a vídeo-vigilância anunciada para a cidade e se a Câmara já tomou conhecimento da situação do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, já que os panfletos foram distribuídos ao público antes do concurso estar formalizado.-----

-----O mesmo autarca voltou a insistir em que lhe seja fornecida informação sobre os trabalhadores da ALDESC, EM e seu destino, dado que a Câmara tem num imbróglgio jurídico para resolver e não se dispõe a fazê-lo.-----

-----E voltou a pedir o movimento de pessoal da ALDESC, de entradas e saídas de pessoal.-----

-----No que respeita ao Estabelecimento Prisional do Sr. Presidente e seus associados, agradece ao Sr. Vereador Francisco Maurício ter feito chegar o que o Sr. Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia não fizeram chegar e, em democracia, deveriam ter feito chegar.-----

-----Perguntou ainda se na próxima informação escrita a remeter à Assembleia Municipal já haverá indicação dos processos

judiciais em que o Município intervém.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu aos seus pares que vai recolher a informação que lhe for possível, sobre as questões apresentadas.-----

-----Quanto à vídeo-vigilância, a Câmara está a tentar encontrar financiamento para a sua implementação e, aquando em funcionamento, os dados serão guardados pela GNR segundo directrizes oficiais.-----

-----Informou que o programa Almeirim on bike-II foi um sucesso, tendo esgotado todo o stock e a reposição em seis dias, superando todas as expectativas de conseguir que um maior numero de pessoas pratique exercício físico em bicicleta. E deu notícias do Programa da Mobilidade em que aquela acção se insere e que este ano conta com a iniciativa do 'autocarro virtual', em parceria com a Escola Secundária de Almeirim e uma empresa do Concelho, a fim de que os alunos de electrotecnia desenvolvam um carro eléctrico, de mobilidade sustentável.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Foram presentes três comunicações internas do Gabinete de Acção Social reportando a situação familiar de alunos carenciados e o enquadramento para o seu apoio.-----

-----Nestes termos, a Câmara deliberou custear o passe escolar dos alunos a seguir mencionados:-----

-----Tiago André da Silva Felício, entre Almeirim e Foros de Benfica; Carolina Filipa Sequeira Pereira e o irmão Filipe, entre Almeirim e Fazendas de Almeirim; e Tiago Alexandre da Silva Aldeias, entre Almeirim e Benfica do Ribatejo.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Baptista, a Câmara deliberou pagar o subsídio de

expediente e limpeza a todas as escolas do primeiro ciclo, Jardins de Infância e ATL do Concelho, respeitante ao primeiro período lectivo, num total de oitenta e nove salas e no valor de cem euros por sala.-----

-----ESTÁGIO ESCOLAR - OO Sr. Vereador José Carlos da Silva apresentou o ofício da Directora do Curso de Práticas Administrativas da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclo de Fazendas de Almeirim, solicitando o acordado pagamento dos transportes dos formandos que efectuaram estágio nestes serviços, no total de cento e cinquenta e cinco euros e quarenta cêntimos, de acordo com os bilhetes de transportes públicos que apresenta.-----

-----A Câmara deliberou pagar.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Confraria Gastronómica de Almeirim, para o almoço encontro com a Confraria da Chanfana - mil euros; Secção de Andebol da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para inscrição de atletas - mil oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos, contra a apresentação dos recibos comprovativos da inscrição; Hóquei Clube Os Tigres - para inscrição de atletas - três mil quatrocentos e trinta e dois euros e dez cêntimos, contra a apresentação dos recibos comprovativos da inscrição; Orfeão de Almeirim, para o Concerto de Natal - mil e duzentos euros; e Grupo Desportivo Raposense, para requalificação da sede do grupo - oitocentos euros.-----

-----Foi presente o fax da Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim no qual solicita, devido ao facto da Câmara adquirir gásóleo a preço inferior ao de mercado e ao facto do valor inicialmente atribuído, de trinta e cinco mil euros, estar a chegar ao fim, que, à semelhança do ano passado, a Câmara lhe forneça o gásóleo até ao final do ano, sendo que esse excedente

será descontado no valor do subsídio mensal a atribuir para dois mil e nove, tal como está a acontecer no presente ano.-----

-----A Câmara deliberou concordar com a proposta de fornecer o gasóleo, com desconto no subsídio.-----

-----Nesta deliberação não participou o Sr. Vice-Presidente, que se ausentou da sala para o efeito.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - A pedido da Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, a Câmara deliberou oferecer cem almoços no refeitório municipal no próximo dia catorze de Setembro, por ocasião da Taça de Portugal da modalidade, bem como conceder apoio logístico à prova.-----

-----Nesta deliberação não participou o Sr. Vice-Presidente, que esteve ausente da sala.-----

-----TAXA - ISENÇÃO - Foi presente uma nota interna comunicando ao Sr. Vereador José Carlos da Silva o pedido de Ivone Conceição Crespo, moradora na Rua do Pinhal, em Foros de Benfica, para que lhe fosse limpa a fossa que serve a sua residência, de forma gratuita, alegadamente, por dificuldades económicas.-----

-----É acompanhado de fax da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo comunicando que a Sr^a faz parte duma família carenciada e aconselhando o deferimento do pedido.-----

-----A Câmara deliberou prestar o serviço e isentar do pagamento da taxa, por unanimidade.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou que a Rua de Macau, em Almeirim, entre o Largo da Praça de Touros e a Rua dos Açores, se mantenha com um sentido de trânsito, excepto para as viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos em serviço.-----

-----Às dezasseis horas e vinte minutos o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da

Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Vice-Presidente,

A Chefe de Repartição,
